

ATA - 235ª Reunião Ordinária

**SR. JUNIOR:** Boa noite. Vamos dar início então a mais uma reunião do COMDEMA. Nós já temos 17 representantes das cadeiras, dos 24, então já dá para gente ter quórum suficiente. Primeiramente quero agradecer aqui a presença do comandante Domingos, do tenente Gerbelli, né, tenente? Vão fazer uma apresentação sobre a atuação do Corpo de Bombeiros. Enfim, a importância do Corpo de Bombeiros para nossa sociedade. Como informes gerais, esse mês é o mês do meio Ambiente, então a secretaria fez algumas ações e eu vou passar rapidamente, só pra vocês verem, a comemoração do meio ambiente que foi feito pela secretaria e como que a gente está atuando? Pode passar aqui. Então, nós fizemos esse mês a limpeza da lagoa da Curva do Joinha. Acho que todo mundo deve ou ficou sabendo, foi lá ver, muita gente foi lá observar. É uma lagoa que foi tomada por algas e a gente fez essa remoção. Agora nós vamos fazer um trabalho final que muito lodo está subindo ou raízes estão subindo e a gente vai fazer retirada a remoção para que ela não volte. O SAAE, até já agradecer aqui a atuação. O Fernando, na pessoa do Fernando, Johnny também está aqui e o Casado acho que hoje não veio, mas foram... Eu pedi para Leila entrar em contato com a Leila, Leila também já se prontificou, já foi lá, já fez a coleta de água, já fez a análise da água pra gente tentar manter essa qualidade, para que não volte a ter essa proliferação de algas. Então, essa foi uma primeira ação. A gente fez um teatro, a gente contratou dez peças teatrais para trabalhar com fogo. Então é Brincadeira com Fogo é Fogo é o tema da peça. E nós levamos 400 alunos da rede municipal ao teatro. Fizemos uma apresentação, foi dia 30. Então não é esse mês, mas foi no domingo, na Praça da XV, também com bastante pessoas, cidadãos, crianças participando. Então a peça teatral para conscientização da brincadeira com fogo é fogo para que a gente não tenha agora o período de queimadas e aí fortalecer essa educação ambiental. Recebemos também a entrega do Plano Municipal de Arborização. Também foi entregue pelo professor Demóstenes, da Esalq, da USP. Logo no começo do mês, um importante instrumento para que a gente melhore a qualidade ambiental da nossa cidade, melhore a questão de arborização. E aí nós vamos contar com a participação da sociedade comunidade como um todo. Todo mundo precisa, de alguma forma, contribuir para que a gente consiga efetivar esse plano. A segunda apresentação foi lá nos Salesianos. Tinham, mais ou menos, 112 alunos. Também receberam no teatro Brincadeira com Fogo é Fogo. É uma peça teatral, uma palhaçaria, mas que traz a mensagem da importância do fogo e o perigo do fogo. Fizemos aqui a reposição Araucária que tínhamos na frente do Paço. A gente acabou com orientação do nosso biólogo e entendendo pela talvez a adequação de um ipê amarelo pra também dar bastante cor, entendendo que Araucária sozinha ela não tem, ela é um indivíduo que convive em comunidade. Então, por conta disso, a orientação foi de colocarmos um ipê e agora vamos esperar para que ele venha a florescer. Venha a deixar bonito aqui a frente do Paço. Fizemos também uma contação de história para aproximadamente 800 crianças das EMEFs, falando também das questões ambientais. Doação de mudas. Participamos de diversos eventos, mas especialmente esse emprega aqui, que foi lá na UNICEF de doação de mudas da sociedade, para que incentive a prática da arborização adequada. A gente doou as mudas adequadas com a localização que o munícipe fala: Olha, vai ter uma na frente da minha casa tem um canteiro grande, dá para gente uma calçada grande. Então a gente doa de acordo com o que a pessoa apresenta para nós. Uma outra apresentação dessa peça teatral lá no Semear também para as crianças, na questão da Educação Ambiental. Em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e a Conservação e Qualidade Urbana, foram plantadas mais de 20 árvores aqui na Praça dos Voluntários, aqui no Centro, para também melhorar a questão de arborização no Centro. Uma oficina de criação de bonecos com materiais recicláveis para um evento chamado Parada Pedagógica, junto com a Secretaria de Educação. Foram capacitados, aproximadamente, 300 professores nessa ação. E a gente está prevendo agora para setembro mais uma capacitação de, mais ou menos, 300 a 400 professores pra essa brincadeira, para essa oficina. O Encontro de Educação Ambiental, que foi do dia 18 a 21/06 aqui na USP, participaram várias pessoas aqui do COMDEMA, do CEGEA. Enfim, foi um evento muito importante. A contação de história do Dia da

ATA - 235ª Reunião Ordinária

Araucária com as crianças da EMEB, da Angelina, da Ione de Melo e com a bibliotecária Roseli Picoli. E nós compramos alguns equipamentos lá para o Horto Municipal. O Horto Municipal carece de algumas reformas e manutenções. Então a gente comprou uns equipamentos, roçadeiras, sopradores a gente e iria iniciar hoje, mas por conta da chuva não foi possível. A reforma do viveiro provavelmente deve silenciar assim que parar a chuva pra gente voltar a produzir mudas. E também um container, que era alugado, a gente comprou um container para que a gente tenha esse custo menor. E que a gente tenha também a guarda desses materiais que o container dá uma proteção maior. Então rapidamente são algumas ações que nós fizemos durante esse mês para comemorar o mês do Meio ambiente, que são ações importantes para que todos conheçam. Ok? A gente tem algumas pautas hoje. E aí, como ponto de pauta, a gente tem a questão da aprovação de um empreendimento, na verdade, regularização de um empreendimento. Nós temos também aqui o pessoal do Bombeiros que vai falar sobre a questão da atuação de bombeiros no município de São Carlos. Esses são os dois pontos de pauta que nós temos no publicado no Diário Oficial posteriormente. A gente pode voltar a conversar a questão da moção. Pode falar.

**SR. RENAN:** Boa noite, Renan, pela APASC. Na verdade, eu acho que é interessante essa questão da moção que foi inclusa em pauta, depois ela foi retirada; A gente aqui, da sociedade civil, fez essa escrita a partir da deliberação da última reunião, falando que a gente poderia fazer essa escrita, que ela poderia ser apreciada nessa reunião como ponto de pauta. E a gente fez, inclusive, a solicitação formal a partir de um terço dos membros do COMDEMA via regimento, para pedir a inclusão de pauta. E foi entendido que, de fato, fazia sentido estar em pauta, até que foi retirado sem ter, pelo menos na nossa visão, uma justificativa plausível para tirar de pauta. Então, dessa solicitação nossa, agora a gente queria que ela voltasse para pauta, sendo que ela não deveria ter saído na nossa visão e que ela fosse o primeiro ponto, já que tem várias pessoas aqui que estão interessadas nesse ponto. Acho que está todo mundo aqui para fazer um debate construtivo. Acho que ninguém tá aqui pra coagir ninguém ou trazer nenhuma situação ruim. Está todo mundo aqui querendo conversar sobre esse tema, já que é um tema importante aqui pra população de São Carlos e eu posso fazer a leitura da moção, mas foi compartilhado para todo mundo dos grupos, no e-mail. E nessa moção não traz nenhuma crítica ao governo do Estado, a Prefeitura. Então quem pode ler lá com cuidado viu que foi uma moção muito... A gente tentou trazer os elementos técnicos do debate pra aquela moção, pra trazer um posicionamento do que a gente, como sociedade civil, encara como uma questão importante para o município uma posição do COMDEMA em defesa do meio ambiente deliberando isso. Então a nossa solicitação é que seja um ponto de pauta, que seja o primeiro para a gente poder debater e já fechar esse ponto. Então é isso.

**SR. JUNIOR:** Renan, eu até concordo que a gente, como a gente já discutiu na última reunião, a moção faz parte do conselho, ninguém é contra a moção. Agora o que me fez retirar da pauta foi aquela convocação. São 500 servidores do SAAE chamando todos para estarem nesse ambiente que não cabem 100 pessoas. Então, assim a gente tem que pensar na segurança, tem que pensar na responsabilidade. A gente hoje tranquilo, a gente pode discutir. A gente está aqui num ambiente para isso. E nós temos aqui capacidade suficiente de conversar e discutir sem problema. Agora eu acho que a gente tem uma pauta. Vamos seguir a pauta e a gente coloca. Esse é um tema que não vai ser discutido em dez minutos, meia hora, entendeu? Se a gente começar com ele, a gente não vai avançar na pauta. E até em respeito ao pessoal que está aqui. Eu acho que a gente pode sim discutir sem problema, mas eu acho que a pauta tem que ser mantida. E aí eu não só eu, mas aí convido os outros colegas a se manifestarem sobre essa questão. Mas quanto a moção, não tenho objeção nenhuma.

**SR. PAULO:** Junior, se me permite, Paulo Mancini, representante do CRBio. Eu queria só dar dois ou três informes, que são os seguintes. Assim, a Câmara Municipal, eu acho que na sessão ordinária desta semana quebrou dois vetos do prefeito Arthur, dois projetos de lei aprovado pela Câmara, que trata de

ATA - 235ª Reunião Ordinária

temas ambientais. Um parece que é do Vereador Bruno Anchieta, criando a figura de um denunciante de crimes ambientais que possam que pode ser recompensado. E ao contrário, se esse denunciante fizer uma denúncia vazia, então ser punido. Então parece que o prefeito vetou e a Câmara Municipal quebrou o veto. E a outra me parece que a do Moisés, muito interessante que é criando um monitoramento inteligente das áreas de proteção e preservação ambiental. E também parece a mesma coisa. Então eu acho assim, eu não lembro agora como é que ficou a nova lei que COMDEMA. Mas na lei anterior estava explícito que qualquer veto do prefeito antes ele deveria ouvir o COMDEMA. Então, eu acho que independente de lei, é interessante trazer para o problema, porque preciso dizer, até porque você também é um técnico na área jurídica dessa área, a gente pode dar muitas contribuições. Eu não tive oportunidade de ler as motivações que o que a Prefeitura teve, inventar as leis. Imagino até qual seja, porque o vereador não pode criar uma lei que traga despesas para o Executivo e essas leis aparentemente trazem, mas eu não sei. Agora foi quebrado. Então essas leis vão ser publicadas. Eu acho que seria interessante a gente em uma outra ocasião, colocar elas num debate aqui para gente estar avaliando. São interessantes, mas precisam ser avaliadas a sua implementação, porque não adianta criar lei e não implementar.

**SR. JUNIOR:** Um dos pontos, Paulo, eu tive acesso as duas leis. Ela vincula o Fundo Verde como fonte de receita é um dos pontos que a gente precisa discutir. Porque vai entrar uma receita que depois para sair. Essa receita depende do Conselho Gestor, depende do COMDEMA, do conselho municipal aprovarem. Então a implementação foi um dos pontos que foi justificado para o veto. E, além de criar, no caso do sistema de videomonitoramento, criar uma despesa para a área rural que o município dificilmente vai conseguir implementar, até porque as fazendas são distantes. Às vezes você vai ter que fazer apostilamento, cabeamento, enfim. Então foi um outro ponto. Porque não integrar as câmeras que já existem na área rural com a da Guarda? Se possível for. E a do denunciante é a questão, basicamente, é essa. Como que a gente vincula a obrigação de restituição ao denunciante ao Fundo Verde. Então, enfim. Mas agora, se a Câmara derrubou o veto, nós vamos ter que estudar agora como que a gente vai fazer isso.

**SR. PAULO:** Mas eu queria então sugerir, Junior, que em outras ocasiões o COMDEMA seja consultado, porque ele possa ter mais peso e, às vezes, a Câmara possa ajeitar. Já teve várias ocasiões que a gente teve que procurar a Câmara para estar aperfeiçoando.

**SR. JUNIOR:** Às vezes, a gente poderia procurar a Câmara porque essa lei chegou já para sanção do prefeito. Ela já foi discutida na comissão da Câmara, foi aprovada no Plenário da Câmara e não foi comunicado nem o COMDEMA e nem à Secretaria. Então ela já chega aprovada. E aí o prefeito veta o prefeito sanciona e talvez a gente pudesse falar com os vereadores também, que no momento da discussão dessas leis, a Comissão do Meio Ambiente da Câmara procurasse o COMDEMA e procurasse a secretaria. Eu recebi os dois vereadores, na verdade um, o Malabin. Foi discutir lá depois do veto, ele foi lá, procurou a secretaria. Falei para ele: Malabin, se você procurar a gente antes, a gente ajuda a contribuir. Isso é bom para o meio ambiente. As duas leis são importantes, só que elas precisam ser melhor trabalhadas no sentido de fonte de execução, de operação. Mas o caminho foi atropelado, já chegou pra gente aprovado. E aí você tem um prazo ali, o prefeito tem um prazo estipulado por lei para decidir se mantém ou veta.

**SR. PAULO:** Mas está certo. É interessante essa consulta porque o Legislativo, ele é autônomo. Agora o COMDEMA, ele faz parte do executivo. Então, se o Legislativo não consulta o COMDEMA, a gente não pode falar nada.

**SR. JUNIOR:** Mas eu acho que é uma conversa que talvez a gente possa unir os poderes legislativo, Executivo, o COMDEMA, para que a gente consiga ter melhoria na qualidade das leis. Não estou criticando, não é isso. Mas assim, a gente possa contribuir na qualidade das leis ambientais.

ATA - 235ª Reunião Ordinária

**SR. PAULO:** Talvez possa pôr na pauta da próxima reunião para a gente debater. Outro informe é o seguinte. A gente aprovou recentemente todo licenciamento das obras que estão acontecendo para implantação das Perimetral Marginais a Washington Luís pela Noroeste Paulista. E a gente, pela APASC, inclusive, a gente estava numa reunião que a gente estava pensando as celebrações do ano que vem a participar 50 anos. E bem no meio da reunião a gente recebe um associado nosso p... da vida, porque um bosque, que a própria APASC que ajudou a implantar, tinha sido suprimido 70% esse bosque. E eu não lembrava e recordando pá, pá, pá, eu lembrei que era o Bosque do Parque Delta. E aí eu lembrei que quando foi aprovado aqui, como eu não vejo, eu não identifiquei. Porque é uma área institucional, tinha mangueiras plantadas, tal. Então a gente falou: Não, bem, tal vai compensar. E compensa e tal. Mas por que que eu trago isso à baila? Porque existem outros pequenos maciços florestais plantados pela comunidade muitas vezes e que estão em áreas institucionais. Então é preciso que a gente identifique eles, avalie-os e se eles têm relevância ambiental, social. A gente busque fazer um projeto de lei para tornar essas áreas não edificantes, como já teve muitos. O melhor exemplo é o Bosque do Parque Delta, que é o único remanescente de Mata Atlântica em São Carlos que nunca foi cortado, é floresta primária. E ele está em área instrucional. Foi uma lei, inclusive do Marquinho Amaral, que tornou o Bosque Santa Marta e outras áreas como não edificantes. Então é legal que a secretaria tiver condições de estar fazendo identificação para a gente avaliar, para não acontecer esse tipo de coisa. Porque se área fosse tão edificante, a polícia ia ter que dar um jeito de contornar a ver. Sempre dá pra dar um jeito, mas é isso. Muito agradecido. E já aproveito para me posicionar também. Seria importante, realmente, que a gente avaliasse a moção contra a concessão do Serviço Autônomo de Água e Esgoto. Muito agradecido.

**SR. JUNIOR:** Ok, podemos dar seguimento então? A gente, o pessoal dos bombeiros apresenta, a gente faz a análise do processo, que é algo simples e depois a gente tem um tempo maior para discutir, para conversar, para colocar os apontamentos.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Junior, ainda dentro da questão de ordem. Acho que dá pra concordar. Então, se for oficialmente incluso em pauta, porque se não vai ser incluso em pauta e vai passar e depois vai chegar no final da reunião e vai ficar toda aquela conversa e não vira nada de novo, eu diria não.

**SR. JUNIOR:** Eu acho que a inclusão na pauta dos conselheiros, tem que consultar os demais conselheiros. Vocês são favoráveis, são contrários? Por favor.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Ficar discutindo esse assunto do SAAE nesse momento é ficar discutindo o palanque político. Não tem proposta, o governador falou que não vai privatizar, a secretaria falou que não vai privatizar. O prefeito falou que vai esperar a proposta. Não vamos ficar discutindo aqui o nada pra fazer palanque ideológico ou político. Não entendi o por que colocar isso na pauta. Outro fato, eles falam, o COMDEMA até agora não demonstrou nenhum prejuízo para o meio ambiente. Não vi nada disso. Eu participei da audiência pública, então não vejo nesse momento nenhum prejuízo para o meio ambiente, nenhum risco para o meio ambiente. Nada foi comentado disso. Privatizar ou não, eu acho que não é assunto do COMDEMA a primeira coisa. Se for só esse o questionamento não é assunto do COMDEMA. Outra coisa, esse requerimento que é falado tem um e-mail indicando oito pessoas. Não vi procuração dessas pessoas. Não vi manifestação individual antes da pauta. Então, volto a falar sem uma proposta, não vamos ficar aqui fazendo palanque. Vamos sair daqui 23h00 e vai chegar a lugar nenhum e não serve pra nada. Então é uma discussão que não leva a nada. Então eu acho que retirou da pauta. Não vai nem te colocar na pauta porque não é assunto do COMDEMA nisso aí, principalmente nesse momento sem uma proposta, é ficar discutindo para ficar... Não entendi, qual é essa pauta? Privatizar ou não privatizar? Quem falou que isso causa prejuízo ao meio ambiente? Onde está escrito essa proposta? Não, isso é ideologia de vocês. Se é melhor ou não, não sei. A água, sim.

(Falas sobrepostas)

**SR. JUNIOR:** Gente, é isso que a gente quer.

ATA - 235ª Reunião Ordinária

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** E outra coisa aí, a educação, enquanto um fala, os demais ficam quietos, por favor. Eu fiquei quieto até agora. Isso é questão de berço que eu tenho. Se alguém não tem, por favor, aprendam em casa. Isso aí quando um fala, o outro escuta. Ignorante deve ser a vossa família.

**SR. JUNIOR:** Gente, vamos tratar com educação e nós vamos seguir a pauta.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** A educação é importante em todo lugar.

**SR. JUNIOR:** Renan, a questão da emoção. Eu acredito que cada conselheiro que queira faça a moção em seu nome e entregue, entregue ao prefeito. Ou a gente trata numa outra reunião e a gente aprova ou não aprova. Se o COMDEMA deliberar pela não aprovação, como fica? O direito do conselheiro de apresentar a moção, ele tem, mas isso é debatido dentro do Conselho.

(Falas sobrepostas)

**SR. JUNIOR:** Então, mas nós não vamos discutir o mérito. Vamos colocar em votação a aprovação ou não aprovação da moção. A moção todo mundo já conhece. Se for aprovada, levamos para o prefeito. Não foi aprovada, não levamos. Ok? Agora ficar discutindo algo que a gente... Assim, eu não vou tomar partido, mas ficar discutindo a mesma coisa que nós já discutimos na audiência, discutimos na reunião passada e nós não vamos sair para lugar nenhum.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Posso falar em relação à questão de ordem? É o seguinte. No regimento do COMDEMA está escrito que a pauta, no Artigo 31, a pauta poderá ser alterada mediante aprovação do Plenário nos casos: de inclusão de matéria relevante, inversão preferencial, adiamento retirado de pauta. Artigo 32: O adiamento da discussão ou votação será requerido verbalmente, devendo ser aprovado pelo Plenário, que fixará novo prazo para votação e para fazer a solicitação de pauta. Foi feito com antecedência com um terço dos conselheiros, então foi feito de acordo com o Regimento Interno. Agora, a retirada da pauta e a maneira como está sendo conduzida aqui não está de acordo com o Regimento Interno. Então, a questão de ordem seria para a gente seguir o regimento do COMDEMA e, em resposta a outra questão, o COMDEMA é o Conselho de Defesa do Meio Ambiente. A questão da água está dentro do assunto do meio ambiente. A gente tem o direito no COMDEMA de se posicionar em relação a questões ambientais. Então, eu gostaria, como questão de ordem, dentro do que o Renan pontuou, que fosse então votado no Plenário, se essa pauta se mantém ou não. E considerando que foi feito de acordo com o regimento, a solicitação formal com um terço dos conselheiros. Então só gostaria que fosse seguir o regimento de acordo com as regras desse Conselho.

**SR. JUNIOR:** Bom, vamos lá. Só esclarecendo, esse Artigo 31, ele fala de quando a pauta está iniciada e aí suspende ou tira de pauta, mas não fala de pauta que foi publicada no Diário Oficial, que nem iniciou. Mas esse ponto depois a gente pode discutir. Enfim, eu acho que vamos dar sequência. Chega na hora da emoção, a gente vota se aprova ou não aprova. E aí a gente dá sequência, gente. E não vamos ficar discutindo sobre algo que não vai nos levar a lugar nenhum. Nós não vamos discutir a privatização sendo boa para o COMDEMA ou ruim para o COMDEMA, até porque não existe proposta final. Então assim, eu vejo, para gente não perder a vinda de todos, não perder a reunião, vamos seguir a pauta. Finalizou a pauta, a gente conversa. Estou aberto ao diálogo, a conversa, enfim.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Eu queria só tirar uma dúvida, esclarecimento, como saiu essa conversa agora aqui. Porque eu recebi um convite via WhatsApp e várias pessoas receberam e está escrito: COMDEMA Participe: Reunião do COMDEMA dia 25 as 18h00, SAAE público e de qualidade. Local: Auditório Paço Municipal. COMDEMA em defesa do SAAE Público. E aí tem uma escrita aqui. Posso ler? É rapidinho.

**SR. JUNIOR:** Pode. Só que assim, esse comunicado ninguém sabe quem fez.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Exatamente. Eu queria saber então, quem é o responsável? Como que isso chegou até a gente?

**SR. JUNIOR:** Também gostaria.

ATA - 235ª Reunião Ordinária

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** População de São Carlos, precisamos nos unir. No dia 25 o COMDEMA vai votar uma moção, então é o que está escrito, fundamental para o futuro da nossa cidade. A moção defende a continuidade dos serviços de saneamento básico sobre o controle direto do poder público municipal por meio do SAAE São Carlos. O que isso significa? Significa lutar para o SAAE público forte e de qualidade, garantindo que a gestão da nossa água e esgoto continue nas mãos da população e não dos interesses privados. Falou que a presença é crucial. Novamente falou a data, o horário local e mandaram uma moção junto. Então eu queria um esclarecimento se isso não é pauta. Eu recebi um convite, então... Não foi feito por vocês?

**SR. JUNIOR:** Já esclareço que ninguém sabe quem fez o convite, o COMDEMA não fez. Eu sou o presidente do COMDEMA, não saiu do COMDEMA. Pode ter saído de alguma pessoa ligada ao COMDEMA, mas não saiu do COMDEMA. E assim, a pauta realmente estava colocada. Só que no momento em que eu recebi essa informação e que convoca todos os servidores do SAAE, o SAAE tem quase 500 servidores. O espaço não é adequado para receber toda essa população, senão nós teríamos feito no teatro. Mas enfim. Mas a gente não dá para contar que metade não vem ou que vem uma porcentagem. Na hora eu falei: Já que nós vamos ter manifestações, nós não vamos conseguir ter a pauta, eu vou tirar da pauta.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Então foi retirado?

**SR. JUNIOR:** Foi retirado da pauta.

(pronunciamento fora do microfone)

**SR. JUNIOR:** A gente pode depois discutir, mas vamos seguir com a pauta normalmente. E aí a gente conversa depois sobre esse ponto de pauta, porque...

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Quero saber se vai ser discutido mesmo, senão eu vou embora.

(pronunciamento fora do microfone)

(Falas sobrepostas)

**SRA. RITA:** Deixa eu... Eu estou pedindo a palavra faz um tempo.

**SR. JUNIOR:** Vamos seguir a pauta e ver que horário nós vamos terminar. Porque assim, essa discussão não é a discussão de dez minutos. É uma discussão longa e assim, nós vamos discutir algo, gente, desculpa, mas assim, nós vamos discutir algo que não tem nada concreto. Nós vamos ficar discutindo: Ah, vai privatizar, não vai, mentiram, não mentiram, estão mentindo, não estão mentindo. Não vai levar a nada.

**SRA. RITA:** Não é isso que está em discussão, gente. Rita Ferreira, da Veredas. Nós fizemos todo o procedimento esclarecendo a sua dúvida. Nós fizemos todo esclarecimento. O procedimento para colocar em pauta foi aceito. Aí, quando a Coordenação do COMDEMA teve acesso a esse convite, aliás, que eu coloquei, que é o meu posicionamento pessoal e acho que de muitos, que isso não é só de muitos, não está no site da Prefeitura. Esse é um espaço aberto e o COMDEMA devia sempre fazer, publicizar os assuntos que serão debatidos. Então nunca se faz isso. Então a situação é assim a gente vem pra cá meia dúzia de pessoas que são do Conselho, debatem e a população não participa. Então, assim, isso foi feito dentro do direito democrático. Então, isso é um direito da população estar presente e é um direito de qualquer conselheiro aqui divulgar a pauta que vai ser colocada em discussão. Então a questão é o seguinte. Houve, na minha percepção, uma atitude de cerceamento de um direito que que está, que foi colocado. Se nós temos esse direito, então, simplesmente por achar que não se pode se posicionar em relação, esse é o espaço do meio ambiente, como foi colocado. A água faz parte do meio ambiente. Nós podemos nos posicionar. A moção é só um posicionamento perante a tudo que está sendo debatido de que nós, do Conselho, não somos favoráveis a nenhum tipo de concessão, privatização ou mesmo como já está acontecendo, terceirização 50% do SAAE já é terceirizado. Então a situação é o seguinte, a pauta foi de maneira de cima para baixo alterada e está dentro do direito democrático, dessa democracia que

ATA - 235ª Reunião Ordinária

a gente tem, que se faça dessa maneira e assim a gente só está se manifestando, dizendo que não concordamos, ué. Então continuamos. Só o seguinte, continuo não concordando com a atitude. E assim, o COMDEMA debate se em políticas públicas e políticas do meio ambiente. Essa história de apolítico, escola sem partido e todos esses debates que se faz é uma maneira de coagir a população e no sentido de não participar dos debates políticos. Então, não concordo com essa situação e são argumentos muito frágeis e são argumentos políticos de uma determinada política de Estado. Então, assim, eu acho que eu te expliquei, nós estamos nesse debate, mesmo que vote. Está tudo sendo gravado. Mesmo que se vote contra, a gente simplesmente vai saber quem é contra. Quem é contra?

**SR. JUNIOR:** Então mas vamos... Partindo desse princípio que os conselheiros do COMDEMA querem apresentar a moção, vamos fazer a moção em nome dos conselheiros que querem apresentar a moção. E aí quem não quer, não apresenta. Entendeu? Não precisa nem haver deliberação, porque... Não, não foi assim. É uma coisa falar, o COMDEMA, que nós somos 24 conselheiros. Agora, quem quer apresentar moção, vamos fazer a moção, assina os conselheiros que querem, a gente apresenta, leva para o prefeito, não tem problema algum e a gente evita todo esse alvoroço que está sendo gerado, gente. É um direito dos conselheiros apresentarem moção. Perfeito. Agora tem conselheiros que não querem. Então a gente não pode obrigar as pessoas a assinarem algo que elas não querem. Vamos lá, vamos dar sequência à pauta, senão a gente não vai avançar, vamos ficar até 21h00 aqui discutindo a mesma coisa. Eu acho que a inclusão a gente pode votar sim. A gente pode votar a aprovação na aprovação ou essa questão de cada um colocar o nome que quer. A gente passa uma lista. O conselheiro A, B, C e D querem, assina e leva. Gente, não tem problema algum a moção. O problema é o jeito que está sendo conduzido.

**SR. PAULO:** Junior, isso nós já temos, isso aí que nós já temos. Então a gente pode assinar. Agora, o que a gente quer é um posicionamento do Conselho, do pleno do Conselho.

**SR. JUNIOR:** Mas aí precisa do 24 conselheiros votando.

**SR. PAULO:** Não, de jeito nenhum. É seguir o Regimento Interno. Caramba.

**SR. JUNIOR:** Mas é o Regimento Interno, Paulo. O Conselho é maioria.

**SR. PAULO:** Agora, se nós temos quórum, isso é votado. É a decisão daquele quórum. E mesmo que tenha o quórum mínimo, se decidiu que aprovou, é decisão do COMDEMA.

**SR. JUNIOR:** Então a gente tem quórum para votação, a gente pode aprovar, pode colocar em votação a aprovação ou não aprovação. Tudo bem?

**SR. PAULO:** Veja bem, se o COMDEMA não aprova, vai sair: COMDEMA não aprova. Se aprova, vai sair: COMDEMA aprova. É isso que a gente quer. Agora eu acho importante, como você colocou, o COMDEMA é um órgão técnico, eu acho que é importante a leitura, porque na leitura nós temos argumentos técnicos.

**SR. JUNIOR:** Mas todos os conselheiros já receberam, Paulo. Todo mundo já recebeu.

**SRA. RITA:** Sim, todo mundo já recebeu sobre a pauta, então não precisa nem ler.

**SR. JUNIOR:** Não, é que a pauta vai ser apresentado coisa que não...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Gente, vamos manter a ordem. Por favor, mantenha a ordem, por favor. (Falas sobrepostas)

**SR. JUNIOR:** Aí a gente vai dar início à pauta e, no final, a gente coloca em aprovação ou não aprovação a moção. Ok? Coloca na pauta. Não tem problema. Eu não tenho problema. Alguém vê? Não? Então a gente põe na pauta a aprovação ou não aprovação. Ok? Vamos lá. Passar a palavra então ao Capitão Domingos, ao Tenente Gerbelli para eles apresentarem o trabalho que os Bombeiros vêm fazendo na nossa cidade. Obrigado pela presença.

**SR. DOMINGOS:** Bom, primeiramente uma boa noite a todos. Gostaria de agradecer ao Secretário, demais membros do COMDEMA pela oportunidade de podermos apresentar um pouco do trabalho do Corpo de Bombeiros, só para a população entender um pouco que a gente faz e as nossas necessidades.

ATA - 235ª Reunião Ordinária

Tá bom, eu sou o Capitão Domingos, sou comandante do 4º Sub Grupamento de Bombeiros. Aqui comigo, Tenente Gerbelli, Comandante do 1º e 2º Pelotão de Bombeiros. Nós somos os oficiais responsáveis por todo atendimento operacional e administrativo do Corpo de Bombeiros da região. Tudo bem? A existência do bombeiro, só falando rapidinho sobre uma coisa que para gente entender como que o Corpo de Bombeiros está relacionado ao meio ambiente. A nossa existência já está pautada tanto na Constituição Federal quanto Estadual. Mas com relação ao sistema de atendimento de emergências, essa Lei Complementar 1257/2015 ela põe o Corpo de Bombeiros, ela institui o Sistema de Atendimento em Emergências e põe o Corpo de Bombeiros responsável pelo atendimento de ocorrências envolvendo meio ambiente e coloca o Corpo de Bombeiros como coordenador desse Sistema Estadual de Emergências. E esse Decreto 63 é o decreto que regulamenta essa lei. Só para vocês terem ideia da nossa área de atuação, nós somos sete municípios Dourado, Ribeirão Bonito, Ibaté, São Carlos, Descalvado, Porto Ferreira e Santa Rita do Passa Quatro. Nós temos sete municípios, como eu disse, população de 450 mil pessoas, área territorial de 3856 quilômetros quadrados. Se a gente pensasse um jeito mais fácil de calcular isso, são 62 km, se fosse um quadrado, 62 km por 62 km. Essa é a nossa área de atuação. A gente atende 100% do território, 24 horas por dia, 365 dias por ano. E nós estamos presentes diariamente em situações que impactam diretamente o meio ambiente. Só para vocês, acho que todos conhecem. Nem todos são de São Carlos. Nosso posto aqui na Rua Equador, no 93, é o nosso posto de atendimento no Centro. Aqui no centro é o pessoal relacionado a segurança contra incêndio e uma unidade de serviço operacional também. Então é o que o Corpo de Bombeiros faz? O que é o nosso portfólio de atendimento? Incêndio em edificações. Incêndio em vegetações. Buscas e salvamentos aquáticos. Resgate de corpos de afogamento. Desabamentos, Soterramento. Buscas de pessoas. Produtos perigosos, Vazamentos de produtos perigosos, Ocorrências envolvendo animais em que o animal está oferecendo risco, ou animal está em risco. São dois tipos de atividades acidentadas e, no geral, qualquer outra coisa que nenhum outro órgão público acaba atendendo. Então, muitas vezes a parte emergencial, a gente que atende. Só pra vocês terem ideia de quantas ocorrências nós atendemos por ano, no último ano de 2025, nós atendemos 8160 e duas ocorrências. A gente atendeu duas 1750 vítimas e, infelizmente, tivemos 123 óbitos atendidos. Isso dá mais de 21, 22 ocorrências por dia, mais de sete vítimas atendidas por dia. Aquele lá era o total. A gente desmembrou as ocorrências. Aquelas ocorrências que são mais relacionadas ao meio ambiente. Praticamente até um incêndio em residência está relacionado ao meio ambiente. Mas vamos pegar mais aquelas mais específicas. A ocorrência com árvores. 289 ocorrências. A gente teve o ano passado aqui, envolvendo animais, 1075, o ano passado, ocorrências de incêndio em vegetação. Tivemos o ano passado 663. Mas lembram em 2024 como foi? O estado inteiro pegando fogo? Nós atendemos 1142 ocorrências de incêndio em vegetação e ocorrências envolvendo produto perigoso 41. Produto perigoso é uma das ocorrências que a gente menos atende, mas ela tem a maior complexidade. Então são vazamentos de produtos perigosos, tipo amônia, gases, entre outros produtos aí que pode ocasionar um dano ambiental muito grande. São Carlos é uma cidade de inovação. A gente tem um convênio que é o primeiro convênio do Estado firmado entre município e Estado, que amplia o nosso serviço. Existe um serviço chamado DGM Municipal. São Carlos foi o primeiro. Vários outros municípios estão tentando copiar aí, mas vigente hoje, só em São Carlos ele consegue. A gente consegue, com esse convênio, aumentar nossa quantidade de efetivo mediante o bombeiro que está de folga. Ele recebe uma diária ali na folga, a gente consegue aumentar o nosso efetivo nesses períodos mais críticos, tipo a fase vermelha do São Paulo Sem Fogo.

**SR. PAULO:** Isso tem parceria com o município? A pergunta é se esse programa, ele tem uma parceria com o município? O município faz uma contribuição? Como tem um programa com a PM.

ATA - 235ª Reunião Ordinária

**SR. DOMINGOS:** É exatamente igual. Então o Estado, ele entra com o homem, com equipamentos, treinamentos, tudo. Os equipamentos de proteção e o município indeniza esse bombeiro que está vendendo a hora de folga dele eu aproveito.

**SR. PAULO:** Aproveito. Recentemente a gente ouviu uma palestra, estava eu e Ana Paula no 1º Encontro Paulista de Silvicultura e um palestrante, que eu acho que era do Corpo de Bombeiros, também disse que o maior número de acidentes que afetam policiais e bombeiros é exatamente com árvores. E aqui também é assim ou não? É uma pergunta.

**SR. DOMINGOS:** Sim, é uma das ocorrências mais difíceis de atender. Parece algo simples, porque é cotidiano, mas é uma ocorrência que a gente tem que tomar muito cuidado. Às vezes a população, principalmente depois de chuva, o vento, ela acredita que está demorando muito aquele corte, mas não é tão fácil. A árvore, geralmente, quando nos acionam, ela sai da do posicionamento dela. Então ela está com risco de cair numa residência, num carro, em alguma coisa. Então ela sai da normalidade. Então precisa estudar muito o corte dessa árvore para gente conseguir suprimi-las sem afetar muito o entorno ali. Então, realmente é uma das atividades mais perigosas que a gente tem. Alguém, alguma coisa a mais? Beleza. Então a gente tem esse programa aqui no município de São Carlos, que está nos ajudando bastante. Então, é uma coisa inovadora aqui no estado. E aí, com isso, acaba surgindo um problema. Hoje a gente conseguiu aumentar o efetivo e nossos veículos, a gente acaba tendo um gargalo aí. Só pra vocês terem uma ideia. As ocorrências, eu falei que a gente atendia mais de 22 ocorrências por dia. Infelizmente, as ocorrências acontecem umas oito, umas nove, umas dez. Então, muitas vezes essas ocorrências acontecem todas ao mesmo tempo. Então, a gente precisa de várias unidades. Para quê? Para que a gente consiga atender as ocorrências. Um exemplo de um dia aqui do ano. Passado nós tivemos aqui um preso em ferragem na Washington Luís, um acidente de moto aqui no centro e mais outros pontos de incêndio em vegetação. É um esboço da época do de julho, se eu não me engano. Então são muitas ocorrências ao mesmo ao mesmo tempo. Então a gente precisa de diversas unidades aí. Então a gente, para trabalhar da melhor forma possível e dar o atendimento que a população merece, a gente é baseado em três pilares. O primeiro pilar, as pessoas. Segundo pilar, o treinamento é isso aqui a gente consegue. A gente está conseguindo destinar nossas viaturas, estão em condições. Só que devido a essa demanda, esse aumento de efetivo, a gente tem um gargalo, que seria a necessidade de um veículo a mais. Então, qual é a nossa necessidade hoje? Essa é uma caminhonete que todo mundo já viu caminhonetes rodando aqui em São Carlos? Então, esse é o nosso veículo mais versátil que a gente tem aqui. Para que serve uma caminhonete dessa? Para soterramento serve? Serve. Para afogamento? Serve. Ela leva a nossa embarcação. Para incêndios? Serve. Ela tem um sistema aqui atrás, não sei se vocês já viram a caminhonete com um sistema de combate a incêndio também atrás, rodando por aí. E serve para todos os tipos de atividade. Então, um veículo mais versátil, custo aproximado de um veículo desse por volta de R\$ 300 mil, já pintado com um sistema de rádio com todos os sistemas. O valor necessário de investimento que a gente precisa hoje. Hoje a gente tem R\$ 150 mil no nosso fundo. A gente precisa hoje de R\$ 150 mil para conseguir adquirir uma nova caminhonete. O tempo mínimo de vida útil de um veículo desse é, pelo menos, dez anos. Nós temos hoje uma S10 no município que está beirando isso. Consegue durar mais, mas pelo menos dez anos num veículo desse, durante o prazo para entrada de um veículo desse em operação. Se a gente conseguisse aprovação de uma destinação de recursos, são no mínimo dez meses. Ou se a gente aprovasse hoje um recurso ou conseguisse um recurso, aí esse veículo só estaria aqui em 2027, em abril de 2027. E, como eu falei, a gente atende aí entre 8 e 9 mil ocorrências por ano. Se a gente puser uma viatura dessa em dez anos, que a vida útil dela a gente conseguiria pelo menos, ou, no mínimo, atender umas 80 mil ocorrências. Então, acredito que é um investimento interessante. Como só vou voltar a frisar, não temos veículos quebrados, todos os veículos estão em operação, mas devido a esse incremento de efetivo e graças a Deus, esse ano a gente está com essa chuva que está

ATA - 235ª Reunião Ordinária

segurando bastante as queimadas. Então está mais tranquilo esse ano. Mas geralmente se fosse igual a 2024, a gente estaria precisando de mais unidades de serviço e acaba sendo um gargalo. Seria uma camionete. É uma caminhonete 4x4. A gente tem duas hoje no município. A gente tem uma S10 e uma Frontier.

(pronunciamento fora do microfone)

**SR. DOMINGOS:** O reservatório é um equipamento que a gente tira e põe de acordo com a necessidade da época do ano. Então, esse mesmo veículo, ele pode ser usado para uma operação de mergulho. Então a gente tira esse equipamento aqui, a gente põe um sistema que retira ele e ela pode ser usado no mergulho. Então ela é o veículo mais versátil que a gente tem hoje para todo tipo de serviço aí? Alguma dúvida mais?

(pronunciamento fora do microfone)

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Você disse inicialmente que equipamento é efetivo e por conta do governador, não é isso?

**SR. DOMINGOS:** O bombeiro, ele é um convênio entre Estado e município.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Então, mas o município, ele tem a obrigação de equipamento, de comprar caminhões, de que vocês precisam?

**SR. DOMINGOS:** Sim.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Tem?

**SR. DOMINGOS:** Ele é parcelado, essa obrigação entre o município e Estado.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Então não é só obrigação do Estado, do governador, por exemplo, comprar?

**SR. DOMINGOS:** O Estado, por exemplo, ele nos deu um caminhão há dois anos atrás, de quase R\$ 2,5 milhões. Então os veículos mais pesados e mais caros, eles são destinados pelo Estado mesmo.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Como você disse também que são vários municípios, todos contribuem?

**SR. DOMINGOS:** Hoje nós temos bombeiro em São Carlos e Porto Ferreira. Eles contribuem também.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Está bem. Eu queria só saber o efetivo, o número de vocês.

**SR. DOMINGOS:** O número total? Nós temos por volta de 98 bombeiros.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Para tudo isso?

**SR. DOMINGOS:** Sendo que esses bombeiros, 16 o município de Porto Ferreira paga esses bombeiros porque são bombeiros municipais que trabalham sob o nosso comando. Então Porto Ferreira, ele tem uma parte militar e uma parte bombeiros civis de carreira, bombeiros municipais, agentes públicos que trabalham junto com os bombeiros militares. Então tem mais esse custo para lá, por exemplo.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Em São Carlos nós não temos municipais?

**SR. DOMINGOS:** Nós não temos. A gente é 100% militar. Então, cada real investido na prevenção e resposta gera economia e recuperação ambiental. Então, por exemplo, se um vazamento qualquer de algum produto, se a gente não atua, esse produto vai para o manancial, é um estrago aí talvez irreparável. E não existe proteção ambiental efetiva sem capacidade de resposta às emergências ambientais. O Corpo de Bombeiros acaba sendo o braço operacional dessa proteção. A gente está 24 horas por dia, 365 dias por ano. É basicamente isso aí, só para dar uma satisfação e vocês verem a quantidade de ocorrências. Não são poucas. A área nossa é gigantesca. E só para vocês terem uma noção, inclusive do serviço prestado e das emergências que a gente atende, tudo bem. Alguém mais alguma coisa?

**SR. LUÍS CARLOS:** É só uma pergunta. Luís Carlos. Referente ao... O senhor teria em todas as cidades uma corporação ou um posto bombeiro lá que vocês cobrem, ou que as quilômetros são bem extensas? Numa cidade, como vocês fariam para correr de um lado para o outro para atender toda essa cidade que vocês estão sob a jurisdição, que sentiria muito os equipamentos, teria mais equipamento, certo? Ou ainda falta equipamentos para cobrir tudo isso?

ATA - 235ª Reunião Ordinária

**SR. DOMINGOS:** Nossos equipamentos estão adequados para o nosso atendimento. Nós temos aqui, aqui são nossas unidades de bombeiros. Então, aqui em São Carlos nós temos dois postos, em Porto Ferreira, nós temos um. Isso aqui é um bombeiro comunitário. Esse bombeiro comunitário é um bombeiro designado sozinho e ele coordena as defesas civis tanto de Ribeirão Bonito quanto de Dourado. Dourado e Ribeirão Bonito, eles têm uma equipe de Pronto atendimento da Defesa Civil lá, que trabalha com o Corpo de Bombeiros. Ali Ibaté também tem um efetivo da Defesa Civil que nos ajuda e Santa Rita também tem efetivo da Defesa Civil, que trabalha.

**SR. LUÍS CARLOS:** Só uma vez que eu vinha andando pela Avenida Paulista, ali mais ou menos perto da... Estava um fogo no mato, eu liguei para o bombeiro e tal e me falaram que não tinha, a viatura não estava e também não teria... Estaria voltando pra colocar água no caminhão. Então é aquele problema que fica um negócio que, às vezes, as matas daqui são grandes, não tem como a apagar os incêndios, que é perto de locais assim, tipo comércio, essas coisas.

**SR. DOMINGOS:** Na verdade nós temos. Então, por exemplo, no ano passado que não foi um ano tão crítico como 2024, 24 foi o ano mais crítico, nós tínhamos esse cenário, por exemplo, são várias ocorrências ao mesmo tempo. Então, por isso a necessidade de termos mais veículos pra gente conseguir disparar melhor essa forma de atendimento. Às vezes, na época de seca, nós temos 22 ocorrências pendentes.

**SR. LUÍS CARLOS:** De repente se uma concessionária de carro ali se doasse o modelo ia ser...

**SR. DOMINGOS:** Por isso é tão interessante e importante as pessoas passarem os dados da melhor forma possível, porque dentre as ocorrências são feitas triagens, em que umas podem passar na frente das outras.

**SR. LUÍS CARLOS:** Eu até expliquei por lá, quando eu liguei o número do bombeiro, que teriam uma agência de carros ali, provavelmente os carros com combustível e ao lado os carros tem comércios ali no caminho que a gente saiu na Avenida Paulista no começo e vai para o shopping. Ali tem vários comércios ali e é ali que mato alto lá, geralmente pessoal joga bituca de cigarro, sei lá o que acontece, de vez em quando está com incêndio lá. Não sei se tem dono ou não tem aquele terreno lá.

**SR. DOMINGOS:** O despachador, ele vai fazer algumas perguntas estratégicas. Vai ver primeiro, pessoas. Tem risco? Tem alguma pessoa com risco de morte? Algum tipo de risco? Se vai ter um risco de algum patrimônio e o risco ambiental qual que é. Então, com base nisso, ele configura na triagem qual que é a primeira a ser atendida.

**SR. LUÍS CARLOS:** É, porque eu vi como tem essa concessionária, os carros provavelmente estavam com combustível nos veículos, podia explodir. A minha sorte também, o dono da concessionária passou uma viatura da Polícia Militar que eu parei, pedi para o policial passar o rádio, ele passou o rádio novamente...

**SR. DOMINGOS:** E a viatura acabou indo para lá.

**SR. LUÍS CARLOS:** Reforçando, eu não fiquei porque eu não tinha, eu não fiquei para olhar no final porque já estava anoitecendo e tal.

**SR. DOMINGOS:** É porque alguns cenários são extremamente de guerra. Então, por exemplo, nesse cenário, aqui ó, aqui é um preso em ferragens. Nós temos vários incêndios em vegetação. Qual que a gente iria? Qual é a prioridade que vocês fariam? Aqui eram duas vítimas presas na ferragem em Glasgow Três, elas estavam graves. Qual que é a nossa maior preocupação? Primeiro, essas duas pessoas que estavam aqui graves. Então, muitas vezes a viatura estava aqui. Às vezes, ela teve que abandonar essa ocorrência para ir lá atender, liberou essa vítima, ela volta para o atendimento.

(pronunciamento fora do microfone)

**SR. LUÍS CARLOS:** É, depois que a Polícia Militar, a viatura parou lá no local, o soldado, eles passaram o rádio para novamente, reforçando, aí que realmente ia ter alguém lá para fazer, que eu sei realmente que o serviço é grande. Eu achei que ia sair da minha casa, mas no dia seguinte, eu voltei lá sem problema

ATA - 235ª Reunião Ordinária

nenhum. Mas a preocupação foi a loja e foi... As lojas estavam em seguidas delas que podia explodir os carros todos lá. Eu sinto que ali seria um negócio feio. Mas obrigado.

**SR. DOMINGOS:** Nada. Estou à disposição. Como eu disse, são 450 mil pessoas nessa área que a gente atende. Então a gente acaba tendo que fazer essa triagem, na verdade, o serviço de emergência no mundo nunca vai ser o suficiente. Sempre as coisas podem acontecer todas ao mesmo tempo. Vide a Venezuela agora, tremor. Não existe serviço de segurança de bombeiro que consiga dar conta nesse primeiro momento dessa ocorrência. Ela é uma tragédia mesmo porque extrapola a capacidade de atendimento daquele socorro que tem ali.

**SRA. FÁTIMA:** Fátima, representante da USP. Eu queria saber como que vocês trabalham em relação ao bombeiro educador. Eu sei que tem um bombeiro que faz palestras. Esse bombeiro também vai para campo? Ou esse grupo de bombeiro que faz um trabalho mais interno?

**SR. DOMINGOS:** Isso é interessante. Todo bombeiro, ele é operacional. Mesmo os que estão na administração. Então, a atividade rotineira dele é o bombeiro educador, ele vai fazendo as palestras nas escolas. Mas se nós tivermos aí qualquer ocorrência mais grave, ele é designado também. Assim como nós temos o pessoal, que vocês chamam de almoxarifado, que a gente chama de B4, tem uma linguagem própria, mas o cara que está no almoxarifado lá, que tá cuidando das viaturas, o nosso mecânico. Se tiver uma ocorrência, eles vão também. Todos os bombeiros. Inclusive o ano passado nós tivemos um dia que nós tivemos que fechar toda a administração e por todo mundo em campo. Então a vistoria, emissão de AVCB, esse tipo de coisa, naquele dia estava comprometido. Então nós encerramos atividades, fomos para fomos para emergência. Então todos os bombeiros, eles acabam sendo operacionais, entendeu?

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** É o seguinte, há uns 12 anos, mais ou menos, a gente através da APASC, começamos um trabalho lá para o fogo. E aí eu lembro que o Cabo Neves que estava, ele se aposentou, que estava junto com a gente. E uma das coisas que a gente levantava era de criar brigadas, brigadas de pessoas treinadas. Mas naquela época lá, 12 anos atrás, quando fui informado que existia uma lei estadual que proibia que os bombeiros treinassem essas brigadas. Agora eu represento aqui a APA, Área de Preservação Ambiental. E nós temos feito muitos treinamentos e treinamentos de prevenção e treinamento de ensinar a apagar fogo. Por exemplo, eu cuido da área da APP do Tijuco Preto. Eu não vou dizer para você que apaguei incêndio porque não tem como apagar um incêndio. O que a gente faz é evitar que o incêndio se espalhe até chegar ao bombeiro, claro. Então ainda há essa questão? Existe essa lei, esse decreto que é proibido o Corpo de Bombeiros treinar brigadas dentro de uma cidade?

**SR. DOMINGOS:** O que o senhor falou é interessante. Infelizmente nosso vocabulário, o português, ele não é tão extenso. Muitas coisas tem a mesma determinação. Então, por exemplo, o bombeiro civil e bombeiro militar tem a mesma nomenclatura. Então são bombeiros. Então, muitas vezes vocês podem ser, às vezes, “enganados” por um bombeiro municipal que pode se passar por um bombeiro militar e falar: Eu sou bombeiro, mas ele não complementa o que ele é. Então, por exemplo, existem dois tipos de brigadistas também. Mas nesse quesito de brigadistas, existe aquele brigadista que é o cara da empresa, que para ele obter um AVCB, um auto de vistoria do corpo de bombeiros para ele ficar legal, para ele ficar apto legalmente para exercer sua atividade, ele tem que ter uma brigada de incêndio. Essa brigada, a gente não pode treinar porque ele precisa, são horas de treinamento, ele precisa estar habilitado, na edificação dele tem um profissional específico, pode ser um técnico de segurança, engenheiro de segurança, mas existe um profissional específico para dar esse treinamento, a gente não daria conta. Então existe esse brigadista. E existem outros brigadistas, que são tipo as pessoas dos bairros, as pessoas podem ser da Embrapa, da UFSCar e demais outros órgãos. E a gente acaba treinando essas pessoas a gente faz na Operação Estiagem que nós tivemos mês passado, mês passado, que acabou sendo em Santa Rita. Então, essa região toda foi movimentada para Santa Rita e nós treinamos o pessoal lá. Nós damos essas orientações. Nós treinamos o pessoal do Capão das Antas também, os proprietários rurais,

ATA - 235ª Reunião Ordinária

esse tipo de brigada com relação a orientações, a gente faz esses treinamentos. A gente não pode assinar esses dessas empresas. Infelizmente a nomenclatura, o vocabulário acaba sendo o mesmo. Então, muitas coisas de bombeiros acabam sendo confundidas. Então a gente tem esse problema. Inclusive o bombeiro educador, nós temos alguns órgãos que se passam, algumas entidades civis que se passam, elas vão nas escolas e fala que é bombeiro. Ninguém pergunta para elas: Você é bombeiro militar? Ele vai com uma roupa, teoricamente mais ou menos parecida, e muitas vezes ele vende um curso para pessoa e a pessoa, inclusive tem inquéritos a respeito disso aí, inquéritos policiais. Mas as pessoas, elas acabam, por ser a mesma nomenclatura, entendendo que é o bombeiro estadual e não é. Bombeiro nunca vai cobrar nada de vocês, como treinamento, com atendimento de ocorrência, isso não acontece.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Obrigado.

**SR. PAULO:** Bem, queria parabenizar a apresentação e gostaria de estar encaminhando. Eu acho assim, é impossível a gente ser contra o apoio a aquisição desse veículo. Agora eu acho que a gente deve condicionar porque a gente está estruturando o Conselho Gestor do Fundo Verde, então a gente não tem ideia. Imagino, não sei se o se o Junior já conseguiu saber exatamente quanto que tem de saldo, como é que é. Então a gente tem que condicionar esse apoio à estruturação do Conselho. E a gente saber exatamente o que tem de saldo. Eu gosto sempre de ressaltar que o que tem acontecido ao longo de décadas é que o município vem assumindo cada vez mais responsabilidades e eu acho sempre que o município assume essas responsabilidades na área de educação, na área de segurança, na área de saúde... Essas três áreas o município não tinha 30 ou 40 anos atrás. Segurança era tudo com o Estado, Saúde era praticamente tudo com o Estado. Educação era praticamente também tudo com o Estado. E mais, o que acontece? Não vem os recursos do Governo do Estado e do Governo Federal pra suportar essas despesas. Então a gente tem esses problemas, mas acho que tem que se virando. Eu acho que é preciso fazer esse apoio, mas eu acho que a gente deve condicionar a gente ver qual é o salto que a gente tem, conta qual que é a previsão de receita, para gente poder estar atendendo. E lembro, eu acho assim, cumprimento a Secretaria por estar trazendo, porque a gente já teve há poucos anos atrás, verbas do Fundo Verde sendo cedidas para aquisição de equipamentos do Corpo de Bombeiros sem passar pelo COMDEMA. E aí a gente, para legalizar, a gente teve que aprovar retroativamente. Mas é isso. Muito agradecido.

**SR. DOMINGOS:** Perfeito. Muito obrigado. Secretário, obrigado. Obrigado demais membros do Conselho pela oportunidade. E seguimos a disposição.

**SR. JUNIOR:** A gente agradece e vamos conversando. A gente depois vai trazer, a hora que a gente finalizar a atualização da lei e também a comissão gestora do Fundo Verde, a gente coloca em pauta, coloca em análise e podendo contribuir com o trabalho de vocês, que é excelente. Com certeza o município vai estar disposto também a ajudar. Muito obrigado. Obrigado pela presença. Obrigado Tenente Gerbelli. E obrigado pelo apoio que vocês têm dado sempre. Só pra vocês saberem, o Corpo de Bombeiros foi nos ajudar também naquela ação de tentativa de limpeza da Lagoa. Não conseguimos por conta da densidade lá da vegetação, mas eles estiveram ao nosso lado, colocaram à disposição, foram não entraram na água e nos ajudaram também. Infelizmente, a gente precisou contratar um maquinário específico. Mas muito obrigado e obrigado por sempre atender a demanda da Secretaria.

**SR. DOMINGOS:** Obrigado.

**SR. JUNIOR:** Vamos então para o segundo ponto de pauta. Primeiro, só agradecer a presença do Vereador Lineu. Obrigado. Boa noite, Lineu. A gente vai para o segundo ponto de pauta. É uma regularização de uma área, de uma construção que, desde 2001, a parte final ali do item 1 é uma tramitação que visa regularizar uma invasão que perdura há mais de 25 anos, que foi originada de um erro no processo de retificação judicial que aconteceu em 2001. Então é um pedaço de uma faixa de 6,5x20, 22, depois vai ter a imagem aí, que uma construção acabou invadindo uma praça, que à época não era AIA, mas em

ATA - 235ª Reunião Ordinária

2016 se transformou em AIA por conta do Plano Diretor. AIA é Área de Interesse Ambiental, Paulo. Como o Plano Diretor de 2016 considerou que todas as praças são Áreas de Interesse Ambiental, tudo o que estiver em cima de uma praça para regularizar tem que passar por um processo de desafetação. E essa desafetação tem que ser comunicada ao COMDEMA, aos conselhos, para que eles avaliem, para que eles tomem ciência. E aí tem o parecer do técnico do Everton, que é o técnico nosso, que já descaracteriza aquela AIA como AIA com função ambiental, porque já há uma construção ali de uma faixa pequena e ele recomenda que seja enviado aqui para o Conselho, para que vocês tivessem ciência e deliberassem também sobre essa possibilidade de desafetação desse pedaço de área para regularização do empreendimento. Bom, então pode passar, Anderson, aí o parecer. Então foi enviado para vocês o parecer ambiental, uma minuta de projeto de lei, que depois vai passar pela Câmara para ser aprovado de desafetação. A justificativa da lei ou da minuta da lei. Aí tem uma imagem da área. Pode subir, pode passar um pouco mais aí. E esse pedaço, um cantinho aqui, uma pizza, um triângulo ali, que é uma área que teria que ser desinfetada para regularizar o empreendimento.

**SR. PAULO:** Posso fazer uma pergunta?

**SR. JUNIOR:** Pode, claro. Espera aí, Paulo, vai passar o microfone aí para você.

**SR. PAULO:** Essa área a ser desafetada se for uma área então que a Cardinale, ela ocupou irregularmente, sem saber que estava ocupando irregularmente, certo?

**SR. JUNIOR:** Teria que fazer uma retificação porque a matrícula constava, foi um erro judicial, um processo judicial. E aí ela acabou avançando por essa praça.

**SR. PAULO:** O que eu quero saber assim, qual é o nome dessa praça?

**SR. JUNIOR:** Tem acho que no parecer. Volta lá, Anderson.

**SR. PAULO:** Porque a área dela total.

**SR. JUNIOR:** A área da praça?

**SR. PAULO:** É, da praça do total, incluindo esse pedaço aí.

**SR. JUNIOR:** Não, o que o Everton coloca no parecer. Paulo É que desmembrar não daria pra fazer, não daria o lote mínimo que a gente tem sim, de 200 metros. Deixa eu ver se ele coloca de qual é a área total da praça. Volta na minuta da lei. Ali.

(Falas sobrepostas)

**SR. JUNIOR:** É o que vai desafetar.

**SR. PAULO:** Qual é a metragem que vai desafetar?

**SR. JUNIOR:** 145 metros.

**SR. PAULO:** E o total da área não tem, né?

**SR. JUNIOR:** Sobe mais. Volta na minuta de lei. Vamos ver se ali fala o total da área. No parecer que não está constando.

**SR. PAULO:** Eu conheço aqui a região. Por isso que eu estou querendo entender para eu tentar visualizar o que é. De qualquer forma, eu quero já dar a minha opinião. Eu acho assim, pelo que aconteceu, eu acho que a gente deve aprovar. Só eu não concordo com o valor. Deve ter sido estabelecido através de comissão técnica e tal o valor venal, mas a gente sabe que mesmo um terreno de 125 metros quadrados, mesmo num bairro como por exemplo, no Antenor Garcia, que ali os terrenos eram todos 125 metros quadrados, vale mais R\$ 40, 45 mil, foi o que está sugerido. E, além disso, está numa área ali, infelizmente, está tudo numa área de APP, inclusive a pista, não tenha dúvida. Mas eu acho que seria interessante também a gente ver a possibilidade de ter alguma compensação ambiental. Afinal de contas, nós não estamos tratando de uma pessoa que não tem onde morar e está ocupando uma área pequena e tal. Cardinale é uma empresa que tem duas ou três filiais em São Carlos, tem filial em Ribeirão, em Araraquara e em Campinas. Então, acho que a gente deveria pedir um pouco mais para cá em função

ATA - 235ª Reunião Ordinária

dessa ocupação e tendo ciência que ela não tem responsabilidade pelo acontecido. Não é uma punição. Mas eu acho que qualquer terreno hoje tem um valor maior que esse, muito agradecido.

**SR. WILSON:** Seria uma contrapartida. Tudo bem, eu concordo com o Paulo. A gente vê todos os projetos que a gente aprova, tem sempre a contrapartida. Eu fiz um projeto lá na APP de Chico Preto e teve contrapartida e R\$ 48 mil, o pessoal da MRV R\$ 120 mil. Então, eu acho que vale uma contrapartida aí sim.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Eu só vou falar também. Eu conheço ali, que eu moro ali perto. Então eu concordo também com o Paulo. Eu concordo com o Paulo também que a questão do valor. Eu só queria reforçar é que haja essa compensação, inclusive porque ali tem uma árvore muito bonita, etc. Então eu não sei quais que seriam, porque a forma de ação ambiental por parte da Cardinali em função desse avanço sim, não foi intencional, mas no final das contas, está agregando valor ali ao próprio empreendimento e não tem como... Ter até tem, né, gente? Acabaram de tirar gente aí de uma ocupação. Então até tem como demolir se fosse o caso, mas já foi julgado, então não vou entrar nesse mérito. Então assim, no mínimo rever o valor, inclusive pelo valor do que vale a própria Cardinali e não só pelo valor do terreno, como se fosse para minha casa, por exemplo, mas um valor significativo para fazer um trabalho aí. A gente tem discutido o fundo, a gente tem sempre discutido necessidade de recursos para bancar as ações ambientais. E a gente faz isso com dinheiro. Então a gente tem que... E não é uma punição. Realmente é porque houve uma valorização do imóvel. Então tem vários critérios aí para serem colocados. Obrigada.

**SR. JUNIOR:** Pediu a palavra ali. Depois o André aqui.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Eu queria tirar só uma dúvida. Na verdade, é a primeira vez que eu estou participando de uma reunião de vocês. E esse valor no caso, vai para vocês, vai para o Fundo?

**SR. JUNIOR:** Não, aí o André pode te dar... Não para gente.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Eu estou perguntando porque assim eu não sei como que são as regras, Mas, por exemplo, o pessoal do Corpo de Bombeiros falou que tem R\$ 150 mil, precisaria de mais R\$ 150 mil para comprar uma caminhonete equipada. Então, tipo, eu não sei se existem esses tipos de coisas, vocês conseguiriam trabalhar assim, mas por exemplo, já que eles têm que pagar um valor, por que eles não podem conseguir uma caminhonete para eles, por exemplo? Ou o valor referente para que eles pudessem comprar caminhonete? Tipo, ao invés de ser em dinheiro, ser como uma coisa para a comunidade, sei lá, sabe? Só perguntando por curiosidade, porque a gente pode unir o útil ao agradável.

**SR. JUNIOR:** Eu só não sei se pode ter essa destinação específica. Mas o André, talvez o Agnaldo possa dar maior esclarecimento nesse ponto.

**SR. ANDRÉ:** Eu só queria dar umas informações complementares. Na verdade, a matrícula que o proprietário tem da área dele insere essa, que consta na matrícula dele essa área. Então, na verdade, não é que houve uma invasão, que houve... Quando você também pega as áreas institucionais desta quadra, as áreas são maiores, vamos dizer assim, a totalidade das áreas são maiores do que a matrícula das áreas institucionais. Ali, por exemplo, para quem conhece a [...], a uma das unidades da [...] está ali. Mas foi um erro do município quando fez a desapropriação para a elaboração da via pública e acabou criando essa confusão. Então, na verdade, até quase que existe uma concordância espontânea do proprietário em fazer esse pagamento. Ele poderia até questionar, não era devido esse pagamento, mas houve uma um aceito para que se encerrasse o assunto. Então quem fez a avaliação foi a Comissão de Avaliação do município. Também nessa Comissão de Avaliação do Município nós temos representantes do CRECI, temos representante da CIS, temos representante da Associação dos Engenheiros, que por sua vez tem uma representação do IBP, que é do Instituto Brasileiro. Então eu acho que efetivamente é de bom senso. Não ter um valor acima disso, porque foi um erro do município e o município também não perdeu áreas e nem o proprietário da Cardinali ganhou áreas.

ATA - 235ª Reunião Ordinária

**SR. JUNIOR:** O André tem um vasto conhecimento, ele está na administração pública há muito tempo. E aí ele pode contribuir com essas informações. Até porque essa questão de valores, alienação, é lá da Secretaria de Gestão das Cidades.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Esse dinheiro vai para ele então?

**SR. JUNIOR:** Não, esse dinheiro, ele vai para o município e vai ser desafetada a área.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Para a secretaria dele?

**SR. JUNIOR:** Não, não, não. Vai para o caixa do município. Não, para o caixa de algum fundo. Não pode, não pode. Os recursos municipais tem o caminho adequado.

**SRA. VANESSA:** Vanessa, suplente do CRB. Eu queria pontuar só a questão dessa ocorrência, do que aconteceu em questão de estar perdendo essa área pública, dessa desafetação no sentido de que o que a gente poderia fazer como município para que isso não aconteça em outras situações e como que estão sendo cuidadas as áreas públicas. Se tem algum acompanhamento, se a fiscalização acompanha para ver essas ocupações, para que não aconteça mais em outros momentos. Porque não é a primeira vez. Às vezes acontece essa questão de interpretação por conta disso. E aí só um ponto para a gente pensar o que poderia ser feito para que isso não aconteça futuramente, só para um ponto de reflexão.

**SR. AGNALDO:** Hoje não aconteceria mais, que hoje é tudo georreferenciado. Então, hoje já mudou. Mas antigamente não era. Então tinha toda a dificuldade. Então, as matrículas antigas são muito complexas. Então, hoje é tudo georreferenciado. Então, hoje não tem mais esse problema. Mas antigamente, infelizmente, a gente não tinha esse controle.

**SRA. RITA:** Rita, do Veredas. Eu só fiquei com uma dúvida assim, se houve uma ação judicial, é isso? Não?

**SR. JUNIOR:** Foi um erro, foi uma retificação judicial, pelo que consta ali do parecer. Mas não houve um erro judicial.

**SRA. RITA:** Não teve nenhum tipo de julgamento, nem nada disso? Foi uma retificação proposta pelo...

**SR. JUNIOR:** Salvo engano, retificação de área, ela tem que acontecer quando as partes não concordam em juízo. Não sei se foi esse o caso.

**SRA. RITA:** Era essa a minha dúvida.

**SR. JUNIOR:** Mas é algo de 2001, que foi...

**SRA. RITA:** Eu tinha entendido que tinha tido um processo judicial.

**SR. JUNIOR:** É um processo de identificação. É isso mesmo. A retificação, é o ajuste. Porque, provavelmente, foram colocar lá, medir os polígonos e aí viram que tinha algum erro. E aí retifica-se judicialmente a área. E aí acabou ficando esse pedaço fora, em tese, duas matrículas.

**SRA. RITA:** Então quer dizer que a matrícula dele tinha uma medida. E aí ele executou a obra em conformidade com as referências geográficas que tinham lá na matrícula. E, quando foi ter o Habite-se ou qualquer coisa assim, identificou que estava errado, que estavam invadindo uma área que tinha sido determinada como pública, é isso? É só isso que eu estava querendo entender.

**SR. JUNIOR:** Essa era pública inicialmente, né, André? Ou ela já era pública? Não era pública, não é?

**SR. ANDRÉ:** Não era pública, era um antigo curtume que existia aqui em São Carlos.

**SRA. RITA:** Então Prefeitura desapropriou essa área?

**SR. ANDRÉ:** Ela foi, na verdade, houve uma... Quando foi o parcelamento, aconteceu áreas para a Prefeitura.

**SRA. RITA:** Quando foi parcelar isso ficou como área pública, institucional. E aí essas medições, provavelmente, devem ter sido erradas. Isso? E agora precisa fazer essa regularização. Então eu só fico assim, pensando assim, tecnicamente, se é um erro da Prefeitura, a Cardinali, eu mesmo propus que fosse, não precisava nem pagar. Eu acho assim...

(Falas sobrepostas)

ATA - 235ª Reunião Ordinária

**SRA. RITA:** Tudo bem assim. É um... A gente está votando para receber isso. Ela precisa? É isso que eu estou com dúvida.

**SRA. ANA PAULA:** Eu acredito que legalmente, pela legislação federal de notificação, ela tem que pagar. Porque ela não pode...

(Falas sobrepostas)

**SRA. ANA PAULA:** A Cardinali não pode comprar uma área pública. Ela está desafetando e esse processo de desafetação tem um custo.

**SRA. RITA:** E é esse custo. Então, para mim, só não ficou claro porque eu nunca acompanhei. Por isso que eu estou tirando dúvidas, sabe? Eu acho que a gente precisa tirar todas as dúvidas e acho que a reunião... A questão é só assim, o seguinte. Então essa desafetação deve ter então uma legislação que indica quanto que se tem que pagar por esta desafetação. É com base no valor legal?

**SR. JUNIOR:** Com base na Comissão. Tem uma comissão criada, o André já falou, o valor foi indicado por esta comissão.

**SRA. RITA:** Mas eu ainda acho que assim, considerando as questões de valor de negócio, etc. Assim, eu proporia que essas coisas fossem revisadas assim, proporcionalmente aos ganhos que os envolvidos têm. Se você está falando de uma população pobre que está numa determinada situação ou se você está falando de uma empresa, eu acho que é muito desigual isso.

**SR. JUNIOR:** Mas é a terra. Pode acontecer com a gente. A gente pode comprar um imóvel que, de repente, a hora que você vai construir, você vê que isso...

**SRA. RITA:** Mas aí é proporcional ao poder econômico.

**SR. JUNIOR:** É o valor da terra.

**SRA. RITA:** Está bom, eu entendi. Eu sei como é que é que funciona o valor da terra.

**SR. JUNIOR:** Vamos lá. O Paulo.

**SR. PAULO:** Assim agradeço a explicação que o André deu. É perfeitamente justo. Eu só acho que a gente deve confirmar se o restante que ficou é praça mesmo. Se não for praça, se for área adicional, então transformar em área não edificante pra sobrar alguma coisinha. E sugiro que a gente aprove desse jeito. Mas como a gente fez com araucária, que foi cortada lá, que o que a lei mandava era substituir um por um e o empreendedor concordou em plantar mais 20 araucárias, eu sugiro que a gente possa sugerir a Cardinali que faça alguma compensação ambiental também. A gente pode pensar isso posteriormente, fazer uma sugestão através da Câmara Técnica de Vegetação e Solo, faz uma sugestão, propõe para ele e tal. Eu acho que fica tranquilo, não é obrigatório. É uma sugestão. Muito agradecida.

**SRA. ANA PAULA:** Paulo, apenas para te explicar uma coisa. A gente não pode transformar essas áreas em faixas não edificantes. A gente tem que tomar cuidado com essa terminologia. Faixa não edificante eu não posso fazer nada. Nem plantar árvore. Faixa não edificante não pode.

**SR. PAULO:** Então Santa Marta está nesse nível.

**SRA. ANA PAULA:** Então está errado. Hoje, a legislação do Estado, quando eu faço um parcelamento de solo, a faixa não é edificante, não entra nem na minha área permeável, Paulo, eu desconto da minha área permeável. Você entendeu? Existe uma questão legal. A gente tem que tomar cuidado. É isso que eu estou falando.

**SR. PAULO:** Então transforma em área verde. É isso, só confirmar. Se já for, está ótimo.

**SR. JUNIOR:** Paulo, ali já Área de Interesse Ambiental.

**SR. PAULO:** A dificuldade de entender é porque eu entendi assim, ela foi desapropriada para a construção da via pública. E por que virou área verde? É isso que eu não estou entendendo. Mas se é, tudo bem.

**SR. JUNIOR:** Paulo, em 2016, o Plano Diretor transformou todas as áreas, as praças, todas as áreas em Áreas de Interesse Ambiental. Essas áreas hoje, elas não podem sofrer urbanização. Então essa praça ela não vai poder ser urbanizada nunca, enquanto durar o Plano Diretor. Não vou falar nunca, porque nunca

ATA - 235ª Reunião Ordinária

é uma palavra muito forte, mas não pode. Hoje não pode. Podemos colocar então, em deliberação, aprovados ou não aprovados, o processo de regularização?

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Eu só queria tirar uma última dúvida. Perguntar para ele. Então o dinheiro vai pra Prefeitura e aí acaba indo para a secretaria responsável, por exemplo, Secretaria de Habitação ou fica para a Prefeitura mesmo?

**SR. JUNIOR:** É um caixa único da Prefeitura.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** E eles fazem o que bem entenderem esse dinheiro? Depois eu fiquei pensando, eu estou pensando no caso dos bombeiros, porque R\$ 150 mil não é... Para mim, é bastante dinheiro. Não tenho essa condição. Mas assim, tipo para órgãos públicos, é muito pouco, sabe? Tipo, para tentar ver se o fundo conseguiria ajudar. Eu sei que para o fundo é bem mais difícil, eu imagino porque a verba disponível para vocês eu acredito que não é muito grande.

**SR. JUNIOR:** Nosso fundo, hoje tem, aproximadamente, R\$ 200 mil.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Então, por exemplo, se vocês fossem ajudar...

**SR. JUNIOR:** E agora vai sair uma parte que foi usada no Encontro de Educação Ambiental.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** É triste ver que está desse jeito.

**SR. JUNIOR:** Vamos lá, gente, vamos colocar em votação?

**SR. PAULO:** Só reiterando a sugestão que eu fiz, de uma compensação possível não obrigatória a ser negociada com a Câmara Técnica de Legislação de Solo.

**SR. JUNIOR:** A gente pode colocar que a Câmara vai apresentar uma sugestão. E aí o empreendedor acolhe ou não acolhe. Até porque, Paulo, como o André já disse, se ele for judicializar, ele não vai pagar nada pro município. Então o acordo vai...

(pronunciamento fora do microfone)

**SR. JUNIOR:** É, provavelmente. Mas assim, o acordo é vamos pagar para não ter problema de judicializar. Está bom? Então tudo bem. Colocamos em votação, alguém é contra a aprovação?

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Só queria fazer mais um comentáriozinho só. Eu vou dar uma pesquisada, mas eu também tinha uma ideia de que a área não edificante é uma restrição aqui, a IA está respondendo. É uma restrição ao direito de construir em uma faixa do seu próprio terreno, determinada por razões de segurança ambientais ou de planejamento urbano. Então assim, o que não pode construir é construção. Agora, Áreas de Preservação Permanente, margens de rio, são enquadradas como não edificantes. Então eu acho o seguinte, esse argumento assim, poderia se seguir o que o Paulo acabou de...

(pronunciamento fora do microfone)

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Mas tudo bem. Mas eu acho que a gente...

(pronunciamento fora do microfone)

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Mas é assim, pode ter a árvore. É isso que você falou que não poderia. Está tudo bem.

**SR. JUNIOR:** Gente, vamos lá. Vamos lá que nós vamos sair daqui meia-noite. Então, alguém é contrário à aprovação da desafetação para regularização? Vai passar uma lei, minuta de lei vai passar pela Câmara e ainda tudo adequado. Podemos? Está aprovado? E a gente coloca então a ressalva de que a Câmara Técnica depois vai fazer uma sugestão ao empreendedor para ver a viabilidade de acolher ou não acolher. Ok? Certo, Paulo? Ok. Então, finalizadas essas duas pautas, a gente então... Só colocar. Nós combinamos de fazer a votação se aprova ou não aprova. A votação, ela é dos conselheiros. Depois a gente abre, se vocês quiserem falar, enfim, tudo bem? Mas a votação é dos conselheiros e aí a gente faz a votação. Define se aprova ou não aprova e depois a gente abre a conversa para gente ficar debatendo sobre o assunto sem problema algum. Está bom?

ATA - 235ª Reunião Ordinária

**SR. PAULO:** Junior, eu gostaria de sugerir que a gente fizesse a leitura. Não sei se todos conselheiros leram, que é uma forma de a pessoa saber exatamente o que ela está votando. E outro motivo é que assim, tem pessoas que vieram aqui para isso. E essa emoção, ela não foi divulgada publicamente exatamente porque estava esperando ser apreciada pelo COMDEMA. Então, eu acho assim, não é um texto tão longo que possa ser lido.

**SR. JUNIOR:** Bom, então, se os conselheiros concordam na leitura? Leia. Mas vamos combinar. Então lê a moção, a gente vota porque senão vai virar discussão e nós não vamos votar isso tão já. E aí depois a gente conversa. É o Renan que vai fazer leitura? Você quer vir aqui na frente, quer falar daí?

**SR. RENAN:** A moção pela continuidade do Serviço de Saneamento Básico sob controle direto do Poder Público Municipal, por meio do SAAE São Carlos. Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de São Carlos, aos Senhores Vereadores e à população de São Carlos. O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de São Carlos, COMDEMA, no exercício de suas atribuições legais e seu compromisso com a defesa do interesse público, do meio ambiente, da qualidade de vida da população, vem manifestar-se publicamente nos seguintes termos. Considerando a adesão do Município de São Carlos ao Programa Universaliza SP e a consequente possibilidade de concessão das operações do Serviço de Saneamento Básico à iniciativa privada. Considerando que os serviços potencialmente sujeitos à concessão compreendem atividades essenciais e estratégicas, tal como a captação, a produção, tratamento e distribuição de água para abastecimento público, bem como a coleta e tratamento de esgoto sanitário. Considerando que a água constitui elemento essencial à vida e à saúde pública, sendo o saneamento básico um serviço Indispensável à manutenção da dignidade humana, da proteção ambiental e da qualidade de vida da população. Considerando que o serviço de Saneamento Básico em São Carlos vem sendo executados há mais de 120 anos, diretamente pelo Poder público municipal, atualmente, por meio do Serviço Autônomo de Água e Esgoto, o SAAE, autarquia reconhecido historicamente pela qualidade e eficiência dos serviços prestados. Considerando que os indicadores atualmente alcançados pelo município já demonstram elevado grau de universalização do serviço saneamento, havendo a possibilidade de aperfeiçoamentos e investimentos sem que isso justifique qualquer processo de concessão, privatização ou parceria público privada. Considerando que a estratégia para a população de São Carlos manter, por meio de seus representantes eleitos e instituições locais, o controle direto sobre a gestão do saneamento básico, garantindo a autonomia administrativa, transparência, participação social e capacidade de fiscalização. Considerando que eventual transferência da gestão para estruturas regionalizadas ou para a iniciativa privada, inclusive por meio de uma Unidade Regional de Saneamento Básico, URAI, reduziria significativamente o controle social e o poder de decisão local sobre os serviços essenciais. Considerando o elevado nível técnico, profissional, institucional do corpo funcional do SAAE, cuja eventual exclusão da gestão operacional representaria grave perda de conhecimento acumulado, capacidade técnica e qualidade dos serviços prestados à população. Considerando que experiências nacionais e internacionais envolvendo concessões, privatizações, parcerias público privadas no setor da água e esgoto frequentemente demonstram aumento tarifário, precarização de serviços, redução da transparência e dificuldades da universalização, especialmente em localidades socialmente vulneráveis. Considerando que casos recentes de concessão de serviços públicos essenciais, como os observados em setores de saneamento e energia elétrica, como a Sabesp, a Enel, têm gerado expressivos aumentos de tarifa, fragilização operacional, impactos negativos à população. Considerando a necessidade de ampliação da transparência e do acompanhamento social e da participação cidadã na gestão do saneamento público municipal, o COMDEMA manifesta-se contrário a qualquer forma de concessão, privatização ou parceria público privada relativa ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de São Carlos. Defende-se a permanência da gestão direta desse serviço pelo SAAE, preservando-se o caráter público, estratégico e social do saneamento básico municipal.

ATA - 235ª Reunião Ordinária

Adicionalmente, o COMDEMA sugere a criação de um conselho paritário de acompanhamento do SAAE, com a participação do poder público e a sociedade civil destinado ao fortalecimento da transparência no controle social e da participação cidadã nas decisões relacionadas ao saneamento básico municipal. A data de hoje, assinada pelo COMDEMA.

**SR. JUNIOR:** Ok, obrigado, Renan. Estou fazendo aqui uma contagem. Nós estamos em 18 conselheiros. Gostaria então que se manifestasse quem é a favor a moção? Só o titular ou suplente. No caso, a Ellen? Tá. Mas assim, se a gente tiver número paritário, mas não há necessidade. Vamos lá.

**SRA. ELLEN:** Permitido? Prezado coordenador do COMDEMA, meu nome é Ellen. Hoje eu estou aqui eu representando a Pastoral da Ecologia Integral da Diocese de São Carlos. Prezado coordenador do COMDEMA, prezadas conselheiras e conselheiros. A Pastoral da Ecologia Integral ocupa esse espaço para manifestar nosso zelo pela Casa Comum e solicitar o voto favorável de cada um de vocês para a aprovação da moção em continuidade do SAAE sob controle público municipal. Como nos ensina o Papa Francisco na encíclica Laudato Si, a água potável é um direito humano essencial, fundamental e universal, por ser fonte de vida. Sua gestão não pode se submeter à lógica cega do lucro. Olhamos com profunda preocupação para o programa estadual Universaliza São Paulo sob a promessa de investimentos. O que se propõe é a entrega de um bem sagrado à iniciativa privada, repetindo o modelo que já se fragilizou a Sabesp. Dados oficiais apontam que o primeiro ano de privatização da Sabesp é um grito de alerta. As recomendações, às reclamações do Procon e agência reguladora mais que dobraram as reclamações. Houve a demissão de 10% dos trabalhadores, enquanto o serviço precário ou a empresa gerou mais de R\$ 2,6 bilhões em lucros e distribuiu bilhões para acionistas. A Pastoral propõe o caminho inverso não a concessão, mas o fortalecimento do SAAE com um conselho paritário municipal, garantindo transparência, controle social real e proteção ao patrimônio técnico da nossa autarquia. Votar a favor desta moção hoje é um ato de responsabilidade moral e de amor a São Carlos. E dizer que a governança ambiental da nossa cidade prioriza o bem comum e a dignidade do povo. Pedimos o voto favorável desta moção de todos as conselheiras e conselheiros. A água é vida, não é mercadoria. A água não se privatiza. Paz e bem. Muito obrigada.

**SR. JUNIOR:** Ok. Vamos lá, gente. Então quem é favorável à moção?  
(pronunciamento fora do microfone)

**SR. JUNIOR:** Então, mas vamos... Quem é favorável levante a mão. A gente já sabe que vai estar empatado ou não. São 18 conselheiros.  
(pronunciamento fora do microfone)  
(Falas sobrepostas)

**SR. JUNIOR:** Então está bom. Vamos lá, gente.  
(pronunciamento fora do microfone)

**SR. JUNIOR:** Não tem problema, não. Secretaria Municipal de Gestão da Cidade e Infraestrutura. Nós temos aqui o André Fiorentino e o Spaziani, que é o suplente. Então o voto é pela aprovação ou não aprovação da moção?

**SR. ANDRÉ:** Eu voto pela não aprovação da moção, porque eu acho que ela contém textos de alguma forma muito generalista e indevidos. Então meu voto é não.

**SR. JUNIOR:** O representante da Secretaria Municipal do Clima e Meio Ambiente, a Giovana, que é a titular, ela não está. Está o suplente, Anderson. Favorável à aprovação ou não?

**SR. ANDERSON:** Não.  
(pronunciamento fora do microfone)

**SR. JUNIOR:** Renan, é votação. Vamos lá, senão a gente não vai avançar nunca. A Secretaria Municipal de Justiça. Valdecir, titular e Guilherme, suplente. Favorável à moção ou contrário?

**SR. VALDECIR:** Contrário pela falta de dados e informações e fontes.

ATA - 235ª Reunião Ordinária

**SR. JUNIOR:** Secretaria Municipal de Conservação e Qualidade Urbana. Titular, Eduardo, está presente. E suplente, Anderson. Titular Eduardo, favorável à moção ou ao contrário?

**SR. EDUARDO:** Contrário.

**SR. JUNIOR:** Secretaria de Bem Estar e Desenvolvimento Rural não tem nenhum representante porque a Rebeca e o Lucas foram substituídos recentemente e ainda não está publicado no Diário Oficial. Então nós não podemos ter voto aqui. Secretaria Municipal de Educação. Titular é a Maria Alice. Ela não está presente. Está presente é a suplente Adrielle Helena Belli. Favorável a moção ou contra?  
(pronunciamento fora do microfone)

**SR. JUNIOR:** Tá, uma abstenção então da Secretaria Municipal de Educação. Secretaria Municipal de Saúde, nem o titular Vanderlei e nem a suplente Milaine estão presentes. Secretaria Municipal de Segurança Pública e Mobilidade Urbana. Titular é o Fernando Napolitano, não está presente. Está presente o suplente Paulo César Belluci. É favorável a moção ou contra a moção? Contrário a moção. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. Titular é a Rosana não estará presente, o suplente é o Ricardo José dos Santos, presente. Favorável ou contra a moção?

**SR. RICARDO:** Me abstenho.

**SR. JUNIOR:** Abstenção. Serviço Autônomo de Água e Esgoto. Titular, Eduardo Alexandre Casado não está presente. Suplente, Dione Henrique Souza Daniel está presente. Favorável ou contrário a moção?

**SR. DIONE:** Contrário a esse modelo.

**SR. JUNIOR:** Contrário a moção. Progresso e Habitação São Carlos, titular Cléber Renato Lucchesi não está presente. Suplente Anselmo José de Oliveira Campos presente. Favorável à moção ou contrário a moção? Contrário a moção. Defesa Civil, Pedro Caballero titular e Patrícia suplente. O Pedro, ele não está presente, então ele não vai poder votar. Ele estava presente, mas ele se ausentou. Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos, AEASC. Titular Ana Paula Castral, presente. Carlos Eduardo Baccarin, presente. Titular, Ana Paula Castral, favorável ou não favorável?

**SRA. ANA PAULA:** Favorável.

**SR. JUNIOR:** Favorável à moção. Conselho Regional de Biologia CRBio, Titular, Paulo José Penalva Mancini presente e também a suplente Vanessa está presente. Favorável à moção ou contrária a moção?

**SR. PAULO:** Favorável.

**SR. JUNIOR:** Favorável. Universidade de São Paulo USP. Titular, Ivanilde de Fátima Bonjourno no presente. E o suplente Guilherme Henrique Duarte de Oliveira está ausente. Então a Vanilda de Fátima Bonjourno, vota favorável ou contrário a moção?

**SRA. IVANILDE:** Favorável.

**SR. JUNIOR:** Favorável pela moção. Universidade Federal de São Carlos, nem a Roberta, nem o Juliano estão presentes. Pela OAB, nem a Karina e nem a Helen Pessoa estão presentes. Pela Embrapa, nem a Sandra, nem o Vitor estão presentes. Pelas entidades ambientalistas, titular, Rita Cristina Ferreira, presente e o suplente Marco Aurélio. Rita, favorável ou contrário a moção?

**SRA. RITA:** Favorável.

**SR. JUNIOR:** Favorável. As entidades ambientalistas também, titular Renan Mecca Bomtempo presente e a suplente Clara está ausente. O Renan favorável ou contrário a moção?

**SR. RENAN:** Favorável.

**SR. JUNIOR:** Favorável a Associação de Moradores de Bairro. Titular, Alessandro José Escobar, presente. E a Dóris Raquel de Abreu Blanco, está ausente. Alexsander, vota favorável ou volta contrário a moção? Favorável. Sociedade Civil e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Carlos, COMDUSC, titular João Carlos Pedrazzani está ausente o Paulo Sérgio Luciano também ausente. Pela sociedade civil, pela APA Cuesta, Corumbataí e Piracicaba, Juqueri Mirim. Titular Valter Monson, está presente e a Lígia está ausente. Walter, favorável ou contra a moção favorável?

ATA - 235ª Reunião Ordinária

**SR. WALTER:** Favorável. Agora eu vou precisar da sua ajuda, Fernando. Oi? A Glaucia Marconato, desculpa, Associação de Moradores de bairro. Titular, Glaucia Marconato, presente. Rosana Helena Signini, presente também. Vota Glaucia favorável a moção ou contrária a moção?

**SRA. GLAUCIA:** Porque eu acredito que se trata de defesa do meio ambiente, como este conselho deve fazer, favorável.

**SR. JUNIOR:** Favorável. Temos então agora o resultado da votação. Todos votaram. Quando favoráveis e quantos contrários? Tem oito favoráveis e sete contra, é isso? Só pra confirmar, nós temos, pelas contas aqui, oito favoráveis à moção e sete contra a moção. Nós temos oito votos favoráveis à moção e sete votos contrários da moção. Está aprovada a moção, podemos entregar ao prefeito sem problema algum. Ok? Perfeito.

(pronunciamento fora do microfone)

**SR. WALTER:** A moção em nome do COMDEMA para o prefeito.

**SR. JUNIOR:** Isso, agora vai enviar em nome do COMDEMA por conta da votação, a maioria. Conselho é majoritário, a maioria venceu, apresenta a moção perfeitamente.

(pronunciamento fora do microfone)

**SR. JUNIOR:** Gente, respeito, tá? Respeito, pelo menos. É o que a gente...